

## I

O terceiro volume da *História do marxismo no Brasil* consolida uma iniciativa editorial de grande importância para a esquerda brasileira. Vale a pena, no início desta resenha, situar o volume III no conjunto da obra à qual ele pertence.

A obra *História do marxismo no Brasil*, no conjunto dos seus volumes, está muito bem concebida e se organiza em torno de três eixos temáticos: a) a recepção das idéias marxistas no Brasil, b) as interpretações do Brasil a partir dessas idéias e c) a ação revolucionária que tais idéias e interpretações suscitaram. O primeiro eixo foi subdividido em dois para contemplar, de um lado, a recepção da teoria marxista tal qual ela foi formulada pelos fundadores e continuadores do marxismo e, de outro lado, o impacto exercido na esquerda brasileira pelas revoluções inspiradas no marxismo. Os volumes I e II, publicados, respectivamente, em 1991 e 1995, trouxeram artigos que trataram do primeiro eixo temático — o primeiro volume concentrou-se no impacto das revoluções inspiradas no marxismo e o segundo na recepção da obra de teóricos do marxismo no Brasil. Nesses dois volumes iniciais foram examinadas: a recepção das idéias de Marx entre os intelectuais de esquerda e o movimento operário no Brasil do século XIX e do início do século XX, aquilo que um dos articulistas do primeiro volume, Evaristo de Moraes

Filho, denominou a proto-história do marxismo no Brasil; a influência das idéias de Stalin, de Mao e de Trotski no Brasil; a influência da Revolução Cubana na esquerda brasileira; a repercussão da obra de Marx entre filósofos da USP; a recepção das idéias de Lukács entre os intelectuais de esquerda e no meio universitário e outros temas.

Já este terceiro volume, como indica o seu subtítulo (*Teoria. Interpretações*), inicia a publicação de artigos pertencentes ao segundo eixo temático da coleção (as interpretações marxistas do Brasil), mas ainda traz dois artigos que examinam problemas relativo ao primeiro eixo temático (a recepção das idéias marxistas no Brasil). Está previsto um quarto volume que deverá, segundo prometem os organizadores da obra, completar a abordagem do eixo temático interpretações marxistas do Brasil. Posteriormente, dois novos volumes, o quinto e sexto, deverão tratar do terceiro eixo temático: a ação revolucionária dos marxistas brasileiros. O projeto prevê, portanto, dois volumes para cada um dos três eixos temáticos — recepção da teoria marxista, interpretações marxistas do Brasil e ação revolucionária dos marxistas brasileiros. A dimensão da empreitada evidencia um fato que o pensamento conservador sempre procurou ocultar: o marxismo tem uma longa e diversificada história nas lutas sociais, na política e na cultura brasileiras.

## II

Este terceiro volume, tal qual os dois anteriores, é plural nas abordagens. No que tange à filiação teórica, há autores próximos de Althusser, de Gramsci e de Lukács. No que tange às simpatias frente à esquerda organizada, encontramos autores de formação comunista, de formação social-democrata e de formação trotskista, embora com nítida predominância dos primeiros. O pluralismo do marxismo brasileiro, que, nesse ponto, não difere da situação vigente no cenário internacional, está contemplado no conjunto da obra e neste volume III. É um aspecto positivo do livro esse pluralismo. Ele estimula a leitura crítica e reflete, de modo mais adequado, o que é e o que foi o marxismo no Brasil.

Vou evocar alguns exemplos localizados de divergências teóricas e políticas que despontam no livro para que o leitor tenha uma idéia mais fiel da obra.

A corrente althusseriana que é considerada, de passagem, por Carlos Nelson Coutinho, como uma expressão do “cientificismo” e da “escolástica acadêmica”, essa corrente aparece, no artigo de Décio Saes, como um conjunto de textos e obras de grande importância científica e é considerada em detalhes na discussão. Enquanto João Quartim de Moraes sustenta que a infra-estrutura econômica determina a superestrutura política, apresentando essa tese como uma idéia que separa o marxismo do não-marxismo, Décio Saes critica essa tese, avançando a idéia do condicionamento recíproco entre estrutura econômica e estrutura política.

Enquanto os artigos de Carlos Alberto Dória e de Caio Navarro de Toledo apresentam reflexões que colocam em dúvida alguns pressupostos funda-

mentais da estratégia do PCB, como eram os pressupostos ditos dualistas (coexistência de feudalismo e capitalismo na sociedade brasileira) e da importância central da questão nacional, os artigos de João Quartim de Moraes e de Celso Frederico encampam essa estratégia e seus pressupostos. Enquanto Carlos Nelson Coutinho avalia positivamente a ação do grupo gramsciano e eurocomunista que se forma no PCB a partir do final da década de 1960, Celso Frederico, no ensaio que publicou no volume II da coleção, avaliara negativamente a ação desse grupo, lembrando que grande parte dele foi cooptado pelo quercismo em São Paulo (Celso Frederico, “A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade” *In História do marxismo no Brasil, Vol. II, Influxos Teóricos*, p. 205). Outra polêmica latente entre Coutinho e Frederico refere-se à idéia de “ocidentalização” do Brasil. Coutinho aplica o conceito gramsciano de revolução passiva à história brasileira do século XX para assegurar que, mesmo sem uma revolução burguesa de tipo clássico, a sociedade brasileira teria se “ocidentalizado”, isto é, se industrializado e democratizado. Frederico, de novo no artigo publicado no volume II, falando da via prussiana no Brasil, destaca o fato de que tal tipo de transição se deu em condições diferentes daquelas verificadas nos países centrais, isto é, se deu sem ruptura com a dominação imperialista. Essa ressalva, que se inspira em texto de J. Chasin que cunhou a noção de capitalismo hipertardio, é cheia de conseqüências analíticas e políticas. Ela deixa entrever a tese de que a transição pelo alto, no Brasil, não criou, como na Alemanha ou na Itália, uma sociedade de tipo européia, “ocidental”, ao contrário do que pretende Coutinho.

Acredito que os exemplos citados acima, além de ilustrarem o pluralismo teórico e político da obra, servem também para dar uma idéia ao leitor desta resenha da amplitude e variedade dos temas abordados e da riqueza das idéias contidas no livro. Diante de tal amplitude e diversidade de problemas, e considerando o limite de espaço, optamos por fazer uma apresentação mais descritiva do que analítica dos trabalhos presentes na coletânea. Arrolaremos apenas algumas considerações críticas, com o objetivo de sugerir um debate e despertar o interesse do público leitor. Mas seremos obrigados a fazê-lo de modo muito sintético, ao contrário do que seria justo com os autores, tendo em vista a excelente qualidade dos textos que produziram.

### III

A Parte I deste terceiro volume, intitulada *Teorias*, contém dois artigos. Um, de Décio Saes, sobre a recepção da teoria althusseriana da história no Brasil, e outro, de Carlos Nelson Coutinho, sobre a recepção da obra de Gramsci.

O artigo de Décio Saes começa com uma análise crítica das teses de Althusser sobre o materialismo histórico e, em seguida, apresenta e analisa os textos teóricos de autores brasileiros que discutiram tais teses de Althusser no decorrer das décadas de 60, 70 e 80. O texto de Saes trata dos conceitos e teses fundamentais da teoria da história presentes na corrente althusseriana: modo de produção, formação social, estrutura, infra-estrutura e superestrutura, determinação em última instância, dominância, sobredeterminação, transição, prática e outros. O autor problematiza cada um desses conceitos, testa a coerência da teoria que junto eles compõem e chega a uma nova leitura dos textos

althusserianos. Em seguida, apresenta como a intelectualidade marxista no Brasil posicionou-se frente a tais conceitos e aos complexos problemas que eles suscitam. Emerge da pesquisa de Décio Saes um quadro até certo ponto surpreendente. Num país como o Brasil, onde o debate teórico é pouco desenvolvido, os conceitos e teses de Althusser provocaram uma ampla e variada avaliação crítica. Ainda nessa linha de considerações, um aspecto interessante do artigo é a recuperação e revalorização de trabalhos e autores, como o sociólogo Luiz Pereira, cuja contribuição teórica não tem sido devidamente reconhecida entre nós.

Faço uma ressalva ao artigo, que poderá ser útil ao leitor do livro. Saes afirma que Althusser, apesar das sucessivas autocríticas que produziu, não teria revisto sua teoria da história. Isso talvez seja correto se considerarmos apenas os textos publicados em vida pelo autor. Porém, o trabalho de edição e de publicação póstuma de textos inéditos de Althusser revelou que o autor reviu o conjunto de suas teses e conceitos sobre a teoria da história, *abandonando e criticando o materialismo histórico*. O texto mais importante dessa empreitada talvez seja o ensaio *Le courant souterrain du matérialisme de la rencontre*, escrito em 1982, no qual ele apresenta a história como domínio da matéria mas, também, da *contingência* — concepção incompatível com a problemática do materialismo histórico. (Ver Louis Althusser *Écrits Philosophiques et Politiques*, Éditions Stock/Imec, 1994, volume I, p. 539-581.) É interessante observar que a palavra francesa *rencontre* está mais associada à idéia de acaso, de algo fortuito, do que a palavra portuguesa “encontro” — ao contrário do português,

a língua francesa emprega, para designar um encontro previamente marcado, não casual, outra palavra, a conhecida expressão *rendez-vous*. De resto, em outro texto do volume citado, o breve e inacabado artigo “Portrait du philosophe matérialiste”, escrito em 1986, Althusser utiliza a expressão “materialismo aleatório”, que é, no nosso entender, mais fiel ao seu pensamento. Uma questão interessante para se discutir seria a de saber se o “materialismo aleatório” de Althusser, apesar de ser, sem dúvida, uma concepção que rompe com a problemática e as teses anteriores do autor, se esse materialismo da contingência não germina a partir de vazios e de dificuldades da antiga teoria althusseriana da história. Estou pensando aqui nas dificuldades encontradas por inúmeros althusserianos que, preocupados em fazer a crítica da chamada “teoria das forças produtivas” que apresentava o socialismo como mera decorrência do crescimento industrial, acabaram abandonando o próprio conceito de forças produtivas e, conseqüentemente, a reflexão teórica sobre o papel do desenvolvimento das forças produtivas na mudança histórica.

O artigo de Carlos Nelson Coutinho faz uma rápida referência à introdução e divulgação da obra de Gramsci no Brasil por um grupo de jovens intelectuais do PCB a partir dos anos 60 e, em seguida, apresenta a sua interpretação, inspirada nos conceitos gramscianos de “ocidentalização” e de “revolução passiva”, das transformações da sociedade brasileira ao longo do século XX. É menos um artigo sobre a recepção de Gramsci no Brasil, e mais a apresentação de uma das visões gramscianas da história brasileira do século XX. Por isso, talvez esse artigo se inserisse melhor no eixo temático seguinte, que trata das interpretações

marxistas do Brasil. No nosso entender o que é polêmico na visão de Coutinho é a idéia de “ocidentalização” do Brasil. Essa idéia ingora que a revolução passiva brasileira não resolveu a questão nacional (estamos, agora, sob tutela direta do FMI), a questão agrária (o MST não nos parece uma sobrevivência do passado) e tampouco permitiu a ampliação da cidadania para a esfera dos direitos sociais — nunca tivemos um Estado de bem-estar e o pouco que se construiu nessa direção está, agora, sendo revogado pela ofensiva neoliberal. Essas limitações socioeconômicas, que diferenciam o Brasil da situação européia, comprometem a própria estabilidade da democracia política burguesa no Brasil, outro fato que perturba a idéia de “ocidentalização” do Brasil.

A Parte II do livro, intitulada “Interpretações”, é a que inicia a abordagem do eixo temático interpretações marxistas do Brasil. Os textos concentram-se no período em que, sob a hegemonia do antigo Partido Comunista Brasileiro e, mais tarde, das organizações que saíram desse partido, a teoria marxista e também algumas de suas idéias forças tomadas isoladamente tiveram um forte impacto no meio intelectual e na esquerda brasileira — mais ou menos o período que vai de meados da década de 1930 ao início da década de 1970. Essa foi uma época em que, na filosofia e nas ciências humanas, o marxismo era uma teoria muito influente, alguns dos principais intelectuais do país eram marxistas ou influenciados pelo marxismo, enquanto, na esquerda organizada, o marxismo era amplamente hegemônico. Situação muito diferente da de hoje, em que o marxismo chegou a ser visto como sinônimo de arcaísmo na filosofia e nas ciências humanas e, entre a esquerda organizada, perdeu terreno para

o socialismo-cristão, organizado no PT. Essa parte II do livro contém cinco artigos, de autoria de conhecidos estudiosos dos temas examinados.

João Quartim de Moraes analisa as concepções comunistas de um Brasil democrático. O texto aborda o período democrático de 1945-1964, contemplando o debate sobre a democracia e a luta pela democratização na crise do Estado Novo, a estratégia adotada pelos comunistas a partir do final do governo Dutra, estratégia que é condensada no famoso *Manifesto de agosto* de 1950, e a nova linha que vai se gestando ao longo dos anos 50, que iria consolidar, entre os comunistas, uma visão “processual” da democracia: aquela que advoga a possibilidade de fazer avançar a democracia “no interior da ordem reacionária dos fazendeiros e dos capitalistas periféricos” e deixa de concebê-la “exclusivamente como resultado da revolução vitoriosa” (Quartim, p. 191). O artigo possui duas polêmicas importantes apresentadas de modo instigante. Uma é a justificação do apoio do PCB ao governo Vargas do ano de 1945, como meio de defesa contra o golpe que os liberais estavam preparando. Quartim inova na caracterização do perigo representado pelo golpe liberal em preparação. Mostra, principalmente, que o reacionarismo do governo Dutra não é reflexo passivo da Guerra Fria. É menos convincente no que tange à opção apresentada — apoio ao Governo Vargas na sua fase final. Outra polêmica está presente na análise que faz da conjuntura de início dos anos 50 que, principalmente por integrar na análise do processo político brasileiro os dados da política internacional, fundamenta uma abordagem original do *Manifesto de agosto*.

Ainda que crítico da linha do *Manifesto*, Quartim logra evidenciar para o leitor a lógica da reação dos comunistas, superando a visão simplória presente em boa parte da bibliografia, produzida tanto por comunistas quanto por críticos do comunismo, que apresenta a linha denominada esquerdista do início dos anos 50 como mais um simples exemplo do “zigzague” que teria caracterizado a história do PCB.

Carlos Alberto Dória escreve sobre a concepção denominada dualista da sociedade e da economia brasileira. Aponta a presença da concepção de um Brasil dual, que o autor define genericamente como aquela que pensa o país como uma sociedade dividida entre o moderno e o arcaico, em diversos autores nacionais, dentre os quais Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu. Em seguida, mostra que tal concepção informou a análise de muitos marxistas brasileiros, que passaram a identificar um setor arcaico da economia e da sociedade designado, pela maioria desses autores, com o recurso ao conceito de feudalismo. Considera, também, as repercussões dessa visão dualista na teoria da revolução por etapas e comenta textos de alguns autores que criticaram o dualismo. Ao longo do artigo, são examinados, dentre outros, textos de Inácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Darcy Ribeiro, Caio Prado Jr. e Francisco de Oliveira. O leitor do artigo poderá notar a falta de uma definição mais rigorosa da noção de dualismo. Há dualismo sempre que um autor marxista considera a coexistência de vários tipos de relações de produção numa mesma formação social? Ou apenas quando o arcaico e o moderno são concebidos como separados um do outro e opostos

um ao outro? Alguns autores marxistas não destacam a unidade e a contradição entre o arcaico e o moderno? Isso também é dualismo? Algumas críticas ao dualismo não se apoiariam numa visão integracionista, pronta a apresentar um Brasil fictício, homogêneo e moderno?

Caio Navarro de Toledo discorre sobre as relações dos intelectuais do antigo Iseb com o marxismo. Analisa a rápida evolução de Hélio Jaguaribe, de um socialismo genérico para a defesa da “contenção ou repressão” do comunismo, visto como ameaça à segurança nacional. Examina a posição de Guerreiro Ramos, que se reivindicava um socialista anties-talinista e que assumia, ao contrário de Jaguaribe, uma posição democrática na relação com os comunistas, mas que defendia, tal qual aquele, a hegemonia burguesa no processo de “desenvolvimento nacional” — desenvolvimento esse que era o objetivo estratégico maior dos intelectuais isebianos. Caio Toledo examina também as relações da complexa e intrigante figura intelectual de Álvaro Vieira Pinto com o marxismo e a esquerda. Pensador eclético, combinando categorias da filosofia existencialista com categorias marxistas, Vieira Pinto aproximar-se-ia da esquerda por apresentar as massas operárias como única força capaz de dirigir a “emancipação nacional”. Aproximação que, todavia, não foi muito além da retórica, já que Vieira Pinto não desenvolveu qualquer reflexão sobre os meios políticos e materiais necessários para que as massas trabalhadoras adquirissem a hegemonia do processo de emancipação nacional. A seguir, o autor considera a posição singular de Nelson Werneck Sodré no interior do Iseb. Marxista, autor de vasta obra, Sodré notabilizou-se pela defesa da aliança do movimento operário comunista com a

burguesia nacional, de modo a completar a revolução burguesa através da supressão dos obstáculos que o feudalismo, ainda vigente na agricultura, e o imperialismo norte-americano impunham ao desenvolvimento do capitalismo e da democracia no Brasil. Sodré mantinha-se isolado no interior do Iseb e evitava conflitos com os demais intelectuais pertencentes àquela instituição. Caio Toldedo termina seu artigo com uma comparação entre o marxismo politizado da ala esquerda dos intelectuais do Iseb e o marxismo estritamente acadêmico que, à mesma época, desenvolvia-se na USP. O tema abordado por Toledo, o nacionalismo e sua relação com o marxismo e o movimento operário, readquiriu, na conjuntura dos anos 90, plena atualidade. O que não fica claro para o leitor é como Toledo equaciona a questão nacional. O nacionalismo é sempre uma ideologia conservadora que desempenha a função de ocultar a luta de classes ou seria possível pensar num nacionalismo popular em países da periferia capitalista? Embora pareça tender para a segunda opção, Toledo não fornece ao leitor sua reflexão sobre a matéria.

Celso Frederico e Antônio Albino Canelas Rubim apresentam, nos dois últimos artigos da coletânea, análises da relação entre marxismo e cultura no Brasil. Rubim analisa o PCB como um aparato político-cultural, as relações do partido com os intelectuais e com a cultura brasileira. Frederico examina a política cultural dos comunistas do período democrático ao período da ditadura militar, fazendo ainda uma breve incursão no período pós-ditatorial da década de 1980. Dá especial destaque à atividade teatral, analisando os grupos Opinião, influenciado pelo PCB, Arena, que foi se



aproximando da defesa da luta armada, e Oficina, que se ligou à contracultura. O autor recupera uma documentação pouco conhecida que contém as análises e discussões da política cultural dos comunistas, discussão efetuada pelos intelectuais e dirigentes do PCB quando da preparação do VII congresso do partido. Para os anos 70, compara a concepção de prática cultural do PCB com a dos militantes progressistas da Igreja Católica. Conclui o texto com uma breve análise da política cultural da ditadura militar e da formação da indústria

cultural no Brasil (= fusão de capital e cultura). Aponta como tais transformações permitiram às classes dominantes cooptar intelectuais, teatrólogos e romancistas que, até a década de 1960, faziam uma arte crítica e politicamente engajada.

A *História do marxismo no Brasil* é um material rico e indispensável para os estudiosos do marxismo e da história política e intelectual do Brasil do século XX. Esperamos que os organizadores da coleção consigam, nos próximos volumes, manter o alto nível de qualidade do material publicado até aqui.

## Isabel Maria Loureiro e Ricardo Musse (orgs.)

*Capítulos do marxismo ocidental*, Editora Unesp/Fapesp, 1998.  
Patrizia Piozzi (Professora da Faculdade de Educação, Unicamp)

Os 11 ensaios reunidos nesta coletânea não constituem apenas uma exposição detalhada de obras heterodoxas no interior do marxismo contemporâneo. Trazem à tona temas e problemas vitais para a redefinição de seu estatuto enquanto teoria revolucionária e instrumento de compreensão do presente histórico.

Como fica explícito na introdução dos organizadores, Isabel Maria Loureiro e Ricardo Musse, os textos convergem no esforço de desvendar a trama onde as diferentes experiências pessoais, enfoques teóricos e opções temáticas dos autores tratados articulam-se numa mesma totalidade de pensamento, o marxismo ocidental. A reconstituição dos

nexos entre os vários fragmentos em foco tem seu ponto de partida na polêmica com o diagnóstico de Perry Anderson, segundo o qual as gerações de intelectuais aglutinadas sob essa sigla rompem a unidade entre teoria e prática, desfigurando o caráter transformador inerente ao ideário marxista e reduzindo-o a mero assunto acadêmico. Em contraste, na perspectiva assumida por este volume, os expoentes do movimento divergente, optando por navegar no único espaço livre para a emergência da dimensão “negativa” do pensar num universo onde a prática das classes sociais se faz sob o signo da reificação, recolhem a tradição original do materialismo dialético, desenvolvendo e atualizando a crítica formulada primeiramente por Lukács às

BOITO Jr., Armando. Resenha de: MORAES, João Quartim de (org.). História do marxismo no Brasil, vol III, teoria. Campinas: Interpretações, Ed. da Unicamp, 1998. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.145-151.

***Palavras-chave:*** Marxismo; História política; Esquerda brasileira; Brasil.